

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20100021-SEPLAG
NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASNET: 0322 /2010.
PROCESSO Nº 10241133- 6**

Secretaria do Planejamento e Gestão - **SEPLAG**, através do Pregoeiro e Membros de Equipe de Apoio, designados conforme o caso, pelos Decretos Estaduais nº 29.171 de 07/02/2008, publicado no D.O.E. de 08/02/2008, nº 29.266 publicado no D.O.E. de 23/04/2008, nº 29.641 de 05/02/2009 publicado no D.O.E. de 11/02/2009 e nº 29.756 de 20/05/2009, publicado no D.O.E. de 22/05/2009, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo previstos, por meio de recursos da tecnologia da informação na rede mundial de computadores (INTERNET) através do site: www.comprasnet.gov.br, "Acesso Seguro", fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇO**, tipo **MENOR PREÇO por item**, para o atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. A presente licitação e consequente contratação serão regidas pela Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Lei Federal nº 11.488 de 15.06.2007, Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, Decreto Federal nº 3.722 de 09/01/2001, Decretos Estaduais nº 28.089 de 10/01/2006, nº 27.624 de 22/11/2004 e nº 28.087 de 10/01/2006 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e o Decreto Federal nº 5.450 de 31/05/2005, sendo observadas as condições deste edital e seus anexos, além das demais disposições legais aplicáveis.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL ALCALINO E RECICLADO), todos novos e de primeiro uso, visando atender as necessidades dos órgãos e entidades da Administração Pública, conforme especificações e estimativas de quantidade, contidas no **ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA**, deste edital.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:.....26/07/2010

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:05/08/2010 às 08h30min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DO PREGÃO:05/08/2010 às 08h30min

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas exclusivamente, através do e-mail licitacao@pge.ce.gov.br, informando o objeto, o número do pregão e o órgão interessado;(PE 20100021 - SEPLAG).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizado pelo sistema do **COMPRASNET** será observado o **horário de Brasília/DF**.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: A sessão pública deste pregão será realizada por meio eletrônico no seguinte sítio da internet: www.comprasnet.gov.br, "Acesso Seguro".

ENDEREÇO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Central de Licitações do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado – PGE, Avenida Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Bairro Edson Queiroz. CEP 60811-520, Fortaleza - Ceará.

ANEXOS:

ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO 02 – TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL.

ANEXO 03 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 04 – DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº4.358/2002.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de recursos da tecnologia da informação na rede mundial de computadores **INTERNET**, através do site: www.comprasnet.gov.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidores públicos e militares estaduais designados para o exercício das funções de Pregoeiros e Membros de Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITAÇÕES” constante da página eletrônica www.comprasnet.gov.br.

1.3. O licitante deverá observar a data e o horário limites previstos para o recebimento das propostas, atentando também para a data e horário de início da disputa.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.5. Neste edital serão encontrados nomes, palavras, siglas e abreviações com os significados abaixo:

a. Sistema de Registro de Preços (SRP): conjunto de procedimentos para seleção de proposta mais vantajosa, visando o registro formal de preços para futuras e eventuais contratações de bens, de produtos e de serviços.

b. Ata de Registro de Preços: documento de caráter obrigatório e vinculativo em que são registrados o Órgão Gestor, os Órgãos Participantes, a descrição dos bens, dos produtos ou dos serviços, os preços unitários, a unidade de medida, as quantidades, a marca, os fornecedores detentores do registro e as condições a serem observadas nas possíveis contratações, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

c. Órgão Gestor do Registro de Preços: órgão ou entidade da Administração Pública Estadual responsável pela gestão do **SRP**, inclusive pela organização e realização do procedimento licitatório, bem como pelos atos dele decorrentes.

d. Órgão Gestor Geral de Registro de Preços: órgão ou entidade da Administração Pública Estadual responsável pela gestão estratégica da sistemática de registro de preços no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

e. Órgão Participante: órgão ou entidade da Administração Pública que aderir ao **SRP** e integrar a Ata de Registro de Preços.

f. Órgão Interessado: órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha constado do certame como órgão participante e que tenha interesse em utilizar a Ata de Registro de Preços, mediante comprovação da vantagem e prévia consulta ao órgão gestor.

g. Pesquisa de Mercado: pesquisa realizada junto ao mercado fornecedor, bem como junto aos órgãos de divulgação de preços oficiais ou, ainda, no âmbito dos preços praticados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, visando à obtenção de preço de referência para subsidiar a realização ou atualização do Registro de Preços.

h. Ordem de Compra ou de Serviço: documento formal emitido com o objetivo de autorizar a entrega do bem ou do produto ou o início da prestação do serviço, conforme disciplinado no Anexo IV do Decreto Estadual nº 27.786, de 02 de maio de 2005.

i. Classificado, Detentor ou Beneficiário do Registro de Preços: licitante que, respeitando a ordem de classificação das propostas e após a assinatura da Ata de Registro de Preços, encontre-se apto a fornecer para a Administração Pública Estadual.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL ALCALINO E RECICLADO)** todos novos e de primeiro uso, conforme especificações e estimativas de quantidade, contidas no **ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA**, deste edital.

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Estadual a firmar as contratações nas quantidades estimadas no **ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA**, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

3. DO PRAZO

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, nos termos do Decreto Estadual nº 28.087 de 10 de janeiro de 2006.

3.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no instrumento contratual, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3.3. As quantidades previstas no **Termo de Referência - Anexo 01** - são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Estadual, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

4. DA FONTE DE RECURSOS

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas com os futuros fornecimentos, ocorrerão à conta de dotação orçamentária de cada Órgão/Entidade participante do **SRP (Sistema de Registro de Preços)**, a ser informada quando da emissão da Ordem de Compra.

4.2. Os preços registrados serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores da disputa.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constantes deste edital e seus anexos, e que estejam obrigatoriamente cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, através do site www.comprasnet.gov.br para acesso ao sistema eletrônico. O cadastramento deverá ser feito em qualquer órgão da Administração Pública Federal, que fornecerá chave e senha de acesso ao sistema **COMPASNET**.

5.2. É VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS:

5.2.1. Que estejam sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.2.2. Que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública.

5.2.3. Que estejam declarados inidôneos pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da condição.

5.2.4. Que estejam reunidos em consórcio, coligação ou grupos de empresas, que tenham em comum com uma ou mais empresas participantes deste processo licitatório, um ou mais sócios quotistas ou membros de diretoria.

5.2.5. Que sejam estrangeiros não autorizados a comercializar no País.

5.3. Vedado ainda, a servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá suas atribuições previstas nos incisos I a XV do art. 8º do Decreto Estadual nº 28.089 de 10/01/2006.

7. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para acesso ao sistema, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), na página eletrônica www.comprasnet.gov.br.

7.2. O disposto no subitem anterior dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.3. Os interessados deverão cadastrar representantes, mediante a apresentação de procuração, por instrumento público ou particular com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular
PE 2010021/SEPLAG

lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site www.comprasnet.gov.br.

7.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do proponente, esta deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.5. A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limites estabelecidos.

Obs: A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.comprasnet.gov.br, opção “**Acesso Seguro**”.

7.6. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do cadastrado ou por iniciativa do **COMPRASNET**, devidamente justificado.

7.7. A perda de senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

7.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **COMPRASNET** ou à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realizar as transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

8. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.1. Os licitantes deverão encaminhar a proposta eletrônica de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e a hora marcada para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. A proposta deverá explicitar no campo “**VALOR UNITÁRIO (R\$)**”, os preços referentes a cada item, em conformidade com as especificações deste edital.

8.2.1. Os campos “**MARCA**”, “**FABRICANTE**” E “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**” deverão ser preenchidos.

8.2.2. Na proposta eletrônica de preços de cada item ofertado deverá constar, obrigatoriamente:

a) Descrição do objeto ofertado, incluindo a marca em conformidade com o art. 31 da Lei nº 8.078/1990, a quantidade, o preço unitário do item (por unidade de fornecimento), conforme **Anexo 01 – TERMO DE REFERÊNCIA**, deste edital.

b) Cotação do valor unitário de cada item (por unidade de fornecimento), expresso em moeda corrente nacional, **com 02 (duas) casas decimais**.

c) Inclusão de todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto da licitação, que direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar nos preços ofertados.

8.3. Para efeito de julgamento das propostas comerciais, o valor a ser informado no sistema eletrônico pelos licitantes situados no Estado do Ceará, no campo “**PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO**”, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, conforme Decreto Estadual nº 27.624, de 22/11/2004.

8.3.1. A dedução acima referida não aplica-se ao fornecimento de produtos isentos e não tributados e, na hipótese da alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento), deverá ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

8.3.2. As propostas comerciais dos demais licitantes estabelecidos em outros Estados não sofrerão a dedução de que trata o subitem **8.3.** deste edital.

8.4. Até o encerramento do prazo para recebimento de propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.5. O encaminhamento da proposta de preço para o sistema eletrônico pressupõe o pleno

conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.6. DA PROPOSTA ESCRITA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.6.1. Encerrada a fase de lances, o licitante arrematante deverá entregar na Central de Licitações, na Av. Dr. José Martins Rodrigues 150 – Edson Queiroz- CEP 60.811-520, Fortaleza- CE, endereçada ao Pregoeiro, a sua proposta escrita, conforme modelo definido no **ANEXO 02 – TERMO DE PROPOSTA ESCRITA**, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** contado da data da sua convocação, seguida da documentação exigida na habilitação, na forma estabelecida no item **11**, deste edital.

8.6.2. O **TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser entregue rubricado em todas as suas folhas e a última assinada pelo representante legal do licitante citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo todas as informações e declarações nele exigidas.

8.6.3. Especificação completa do produto cotado, de acordo com as características apresentadas no **Anexo 01** deste edital.

8.6.4. Para os licitantes situados no Estado do Ceará, os valores a serem apresentados na proposta de preço escrita, deverão ser readequados ao valor total por item, representado pelo lance vencedor, destacando a alíquota do ICMS.

8.6.4.1. Os valores a serem apresentados na proposta de preço escrita, deverão ser readequados ao valor total por item, representado pelo lance vencedor.

8.6.4.2. O readequamento de que trata o subitem anterior, deverá ser apresentado apenas pelos licitantes situados no Estado do Ceará, utilizando a seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete vírgula cinco por cento).

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema.

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete vírgula cinco por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

8.7. O prazo de validade da proposta **não** poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de sua emissão .

8.8. Os valores unitários dos itens da proposta serão os do lance vencedor, devendo o preço total ser discriminado por extenso.

8.9. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.10. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor, ressaltando-se que serão desclassificadas as propostas que:

8.10.1. sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do material licitado.

8.10.2. contenham qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital ou da legislação em vigor.

8.10.3. sejam manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro nos termos da Lei.

8.10.4. apresentem valores de itens ou preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

8.10.5. contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores totais.

8.10.6. Apresentem modelo, tipo ou especificações diferentes dos exigidos neste edital.

8.11. Encerrado o prazo para recebimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, inclusive quanto à sua exequibilidade.

8.11.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.12. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A partir do dia e horário previstos no preâmbulo deste edital e no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, na qual o sistema divulgará os preços das propostas recebidas, sem a indicação dos proponentes.

9.2. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

9.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

9.4.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4.2. No transcurso da sessão pública, que terá o tempo inicial determinado pelo Pregoeiro para apresentação de lances, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4.3. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.4.4. Quando a desconexão do Pregoeiro com o sistema persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através de mensagem eletrônica no campo "chat de mensagem", divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.5. A etapa inicial de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, por decisão do Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo extra, o qual ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, os licitantes apresentarem novos lances.

9.5.1. Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderão resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

9.6. O Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida **melhor proposta**, bem como decidir sobre sua aceitação.

9.7. O sistema informará a proposta de **menor preço** imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de **menor valor**.

9.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido **preço melhor**.

9.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de **menor preço** e valor estimado para a contratação.

9.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **menor preço por item**.

9.11. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, **PE 2010021/SEPLAG**

empresa de pequeno porte ou cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) maior que a do arrematante que não se enquadre nessa categoria, será convocado automaticamente pelo sistema, na sala de disputa, para no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, apresentar proposta de preço inferior ao do licitante arrematante.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de qualidade e as demais condições definidas neste edital.

10.2. O sistema informará a proposta de **menor preço** ofertado, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar, por meio do sistema, buscando obter um **melhor preço**, ocasião em que o Pregoeiro decidirá acerca da aceitação do lance vencedor.

10.3. O julgamento da licitação será processado pelo Pregoeiro, em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.087 de 10 de janeiro de 2006, levando-se em conta a proposta ou lance de **menor preço** unitário do item, quando a proposta for a mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos do Decreto Estadual nº 27.624 de 22.11.2004 e estiver de acordo com as especificações do edital.

10.4. O Pregoeiro examinará a proposta do arrematante, inclusive quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

10.5. Se a proposta ou lance de **menor preço** não for aceitável ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este edital. Também nessa etapa, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtida oferta de **preço menor**.

10.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e de classificação.

10.7. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame, nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

10.8. Analisada a aceitabilidade do **menor preço obtido**, o Pregoeiro divulgará no sistema, **via internet**, o resultado do julgamento das propostas.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. O licitante **CADASTRADO** deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG, compatível com o ramo do objeto licitado, obrigando-se a parte a declarar sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Central de Licitações verificará a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral. Caso o mesmo esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, salvo os documentos de Regularidade Fiscal acessíveis para consultas em sites oficiais que poderão ser consultados pelo Pregoeiro.

11.3. O licitante **NÃO CADASTRADO** no CRC junto à SEPLAG/CE deverá apresentar os documentos relacionados na opção “Informações sobre Cadastramento de Fornecedores” acompanhados do Comprovante de Pré-Cadastro Online ou da Ficha de Inscrição, disponíveis no site www.portalcompras.ce.gov.br.

11.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.4.1. Comprovação de capacidade técnica do licitante, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, reconhecidamente idôneas, em papel timbrado e em nome do licitante, comprovando que o LICITANTE forneceu materiais compatíveis em características com o objeto da licitação.

11.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

- a) Apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, correspondentes ao último exercício social encerrado.
- b) Apresentação de Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor judicial da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.
- c) A comprovação da boa situação financeira do licitante será aferida com base no “Índice de Liquidez Geral (LG)” maior ou igual 1 (um), analisada automaticamente pelo SICAF. Não sendo possível ou estando desatualizado no SICAF, será calculado pela fórmula abaixo, com base no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentadas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo})} \geq 1$$

11.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será comprovado mediante documento declarado no Sistema COMPRASNET, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

11.7. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

11.7.1. Obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. A ata será celebrada com a sede que apresentou a documentação.

11.7.2. Quando apresentados em processo de fotocópia, deverão obrigatoriamente ser autenticados em Cartório. Os documentos emitidos via Internet que estejam condicionados à verificação de sua autenticidade pelo Pregoeiro, só serão aceitos após o cumprimento desta formalidade.

11.7.3. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em Português, firmada por tradutor juramentado.

11.7.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentação referente à habilitação fiscal e econômico-financeira.

11.8. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

11.9. Não será admitido posteriormente, o recebimento pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos documentos entregues aos mesmos.

11.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio não autenticarão cópias de documentos exigidos neste edital.

11.11. Toda a documentação apresentada fará parte dos autos e não será devolvida aos licitantes, ainda que se trate de originais.

11.12. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidade, serão inabilitados, não admitindo-se complementação posterior.

12. DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

12.1. Até dois (02) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, assinada e protocolizada na Procuradoria Geral do Estado - PGE, sito na Av. Dr. José Martins Rodrigues nº 150, Bairro Edson Queiroz, CEP 60.811.520 – Fortaleza- CE.

12.2. Decairá do direito de impugnar este edital aquele que não o fizer dentro do prazo estabelecido no subitem **12.1**.

12.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.4. Declarado aceito e habilitado, qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma motivada, em campo próprio do sistema “ Intenção de Recursos”, manifestar sua intenção de recorrer no prazo máximo **de 04 (quatro) horas úteis** após essa declaração, quando lhe será concedido **o prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso no sistema **COMPRASNET**, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. A ausência de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de interpor recurso importará a decadência desse direito.

12.6. Fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões, observados os prazos legais pertinentes.

12.7. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

12.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, via sistema **COMPRASNET**, no endereço www.comprasnet.gov.br.

12.11. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores a data fixada para abertura das propostas, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet**, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, informando o número deste pregão no sistema **COMPRASNET** e o órgão interessado (**PE2010021/SEPLAG**), visando agilizar a identificação do Pregoeiro designado para o presente certame.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante a Secretaria do Planejamento e Gestão- SEPLAG, a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Secretaria do Planejamento e Gestão- SEPLAG.

13.2. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas implicará na exclusão e no cancelamento do registro do preço do item para este fornecedor.

13.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores de cada item serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO 03 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, deste edital.

13.4. Para o registro de preços dos fornecedores situados no Estado do Ceará, ao valor homologado deverá ser acrescido o valor correspondente ao diferencial referido no subitem 8.3. deste edital, mediante a utilização da seguinte fórmula:

VA=VH/0,925, onde:

VA - Valor a ser Registrado na Ata de Registro de Preços: Refere-se ao preço a ser praticado quando do fornecimento do objeto licitado, aos órgãos participantes.

VH - Valor Homologado: Refere-se ao preço do lance vencedor, após negociação, o qual está reduzido do valor correspondente ao diferencial referido no subitem 8.3. deste edital.

13.5. Os demais fornecedores classificados neste processo, em ordem crescente de preço proposto por item, poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, na condição de aceitarem os preços do primeiro colocado para cada item, ou nos casos previstos neste edital e na

Ata dele decorrente.

13.6. É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes conforme subitem anterior, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas referente a sua classificação, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital.

13.6.1. O licitante remanescente na ordem de classificação, será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, nas condições propostas neste edital, podendo ser negociado o valor do item no mesmo preço do licitante que não assinou a ATA e assim sucessivamente até o último classificado.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG será o Órgão Gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

14.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO 03 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, será assinada pelo titular da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG - Órgão Gestor do Registro de Preços – ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados.

14.3. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura.

14.4. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores da disputa.

14.5. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração Pública firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/93, sendo assegurada à detentora do Registro de Preços a preferência em igualdade de condições.

14.6. O direito de preferência de que trata o subitem anterior, poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o preço decorrente de procedimento de licitação for igual ou superior ao registrado.

14.7. Os participantes do SRP - Sistema de Registro de Preços, poderão firmar contratos com o licitante detentor de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

14.8. Os fornecedores detentores de preços registrados, ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos participantes do SRP nos prazos estabelecidos neste edital, desde que notificados por estes e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior a do vencimento da mesma.

14.9. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, participantes ou não do Registro de Preços, poderão realizar contratações decorrentes do remanejamento de quantitativos registrados na Ata, com a interveniência do órgão gestor e mediante anuência do órgão participante cedente, conforme disciplina o art. 15 do Decreto Estadual nº 28.087 de 10 de janeiro de 2006.

14.10. A Ata de Registro de Preços durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina os artigos 16 e 18 do Decreto Estadual nº 28.087 de 10 de janeiro de 2006.

14.11. Os órgãos interessados quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

14.11.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão interessado, ao somatório dos quantitativos registrados na Ata.

14.12. O fornecedor detentor de preço registrado poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento a Órgãos Interessados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.12.1. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública Estadual, proceder a negociação do fornecimento, obedecida a ordem de classificação.

14.13. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado aos participantes do SRP, não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

14.14. A Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG providenciará a publicação do Extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na INTERNET.

14.15. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no artigo 22 do Decreto Estadual nº 28.087 de 10 de janeiro de 2006.

14.16. A Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.17. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração Pública poderá convocar os demais fornecedores classificados de acordo com o subitem **13.5.**, nas mesmas condições, ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

14.18. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração Pública para os itens registrados.

14.19. As alterações dos preços registrados oriundas da revisão dos mesmos, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na INTERNET.

15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão poderá ser cancelada de pleno direito no todo ou em parte, nas situações previstas neste edital e na **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ANEXO 03** deste edital.

16. DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO

16.1. Cada aquisição dos itens registrados será efetuada através da Ordem de Compra, emitida pelos participantes através do aplicativo web SRP.

16.2. O documento de que trata o subitem anterior terá caráter convocatório e será emitido em 03(três) vias, devendo ser assinado pelas partes, dentro do prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento. A primeira via do referido documento será enviada para o fornecedor juntamente com a Nota de Empenho – NE, a segunda via ficará de posse do Órgão Gestor e a terceira para arquivo da **CONTRATANTE**.

16.3. O fornecedor ficará obrigado a atender às ordens de compras efetuadas dentro do prazo de validade do Registro de Preços, mesmo se a entrega dos itens ocorrer em data posterior a do seu vencimento.

16.4. O prazo de entrega dos itens não poderá ultrapassar o prazo estabelecido na Ordem de Compra, contado a partir da data do seu recebimento pelo fornecedor, devendo ser de no máximo 30 (trinta) dias úteis.

16.5. Os prazos, as quantidades, a forma de entrega, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução do objeto serão definidos na Ordem de Compra, Termo de Referência e neste edital do Pregão Eletrônico nº **20100021 - SEPLAG** e seus anexos.

16.6. Não será aceita a entrega de materiais cujo fornecimento não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

16.7. O fornecedor deverá entregar as Notas Fiscais dos itens, sendo que as Notas Fiscais de Mercadorias deverão vir acompanhadas do Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público – CENFOP, conforme se enquadre na previsão da Lei Estadual nº 13.623 de 15.07.2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 27.922 de 20.09.2005.

16.8. Caso seja constatada alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para recebimento a partir da data da sua reapresentação.

16.9. No caso de desconformidade no fornecimento, local de entrega, aceite e recebimento, o fornecedor deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar recurso, no prazo **de 05(cinco) dias úteis do recebimento da notificação**, cabendo ao órgão participante a solução definitiva da questão.

16.10. O material fornecido estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar, caso o produto não esteja de acordo com o especificado neste edital e seus anexos.

16.11. OS MATERIAIS, OBJETO DESTA LICITAÇÃO, PODERÃO SER RECEBIDOS:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações.

b) Definitivamente, mediante termo circunstanciado, após vistoria e verificação da qualidade que comprove a adequação do objeto aos termos deste edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

16.12. O fornecedor ficará obrigada a substituir, imediatamente, o material que for recusado, por outro que atenda às especificações.

16.13. A simples entrega do material, objeto desta licitação, **não implica na sua aceitação definitiva**, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pela Comissão de Recebimento dos órgãos participantes.

16.14. O fornecedor ficará obrigada a substituir, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, **sem ônus para os órgãos participantes**, o material que for recusado, podendo o produto substituído ser submetido à exame técnico.

16.15. O material deverá ser entregue, de acordo com a necessidade dos órgãos participantes.

16.16. Nenhum material poderá ser entregue pelo fornecedor sem a Ordem de Compra/Nota de Empenho emitido pelos órgãos participantes.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta bancária preferencialmente no Banco Brasileiro de Desconto – BRADESCO, **até 30 (trinta) dias contados a partir da data da efetiva entrega dos materiais**, mediante apresentação da Nota Fiscal dos materiais realmente entregues, devendo estar devidamente atestados pelo recebedor.

17.2. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação da Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da correspondente ORDEM DE COMPRA com o respectivo comprovante de recebimento, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

17.3. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

17.4. Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

17.5. Durante a vigência da Ata, o licitante detentor do preço registrado deverá manter as condições de habilitação constantes do item **11.**, do edital. Deverá ser solicitado também o Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público – CENFOP, conforme disposto na Lei Estadual nº 13.623 de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 27.922 de 20/09/2005.

17.6. Não será concedida, **em hipótese alguma**, a antecipação de pagamento dos créditos relativos ao fornecimento dos materiais.

18. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1. As obrigações e responsabilidades das partes encontram-se previstas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ANEXO 03** deste edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, garantido o direito ao contraditório e à defesa, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou penalidade, além de ser descredenciado no cadastro de fornecedores do Estado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais cominações legais, o licitante que:

- I - ensejar o retardamento da execução do certame;
- II - convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
 - não assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato;
 - deixar de entregar documentação exigida neste edital;
 - não mantiver a proposta.
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- V - cometer fraude;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo;
- VIII - fazer declaração falsa; ou
- IX - cometer fraude fiscal.

19.2. O licitante classificado que convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo **de 05 (cinco) dias, contado da data de sua convocação**, terá o seu registro cancelado e dela será excluído, sem prejuízo da aplicação da multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

19.3. Será aplicado ao licitante beneficiário da Ata de Registro de Preço, caso este se recuse a fornecer o objeto deste edital dentro do prazo previsto, multa correspondente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, calculada sobre o valor correspondente ao objeto não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor.

19.4. A multa a que refere-se este subitem será cobrada diretamente do licitante beneficiário da Ata de Registro de Preço, administrativa ou judicialmente.

19.5. As demais penalidades aplicáveis, exclusivamente, aos licitantes beneficiários, estão definidas na Ata de Registro de Preços.

19.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem a concessão da oportunidade de defesa por parte do licitante, na forma da Lei.

20. DOS ILÍCITOS PENAIIS

20.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

21. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

21.1. A Administração Pública poderá adiar ou revogar a presente licitação ou parte dela, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. A revogação ou anulação da licitação revoga ou anula também a Ata de Registro de Preços dela decorrente.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

22.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

22.4. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração Pública.

22.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6. É de responsabilidade do fornecedor o acompanhamento do processo pelo *site* do operador do sistema – no endereço www.comprasnet.gov.br.

22.7. Caso haja alguma retificação neste edital, a mesma será disponibilizada no *site* www.comprasnet.gov.br.

22.8. O fornecedor com preços registrados não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome dos órgãos participantes ou sua qualidade de fornecedor, em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata exclusão da Ata de Registro de Preço.

22.9. O fornecedor não poderá, também, pronunciar-se em nome dos órgãos à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades destes, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata exclusão da Ata de Registro de Preço e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

22.10. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições legais e princípios gerais do direito.

22.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

23. DO FORO

23.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Fortaleza – Ceará.

Fortaleza, 13 de julho de 2010.

LÚCIA MARIA FACUNDO
ORDENADORA DE DESPESA

CIENTE: _____
Marcos Antônio Frota Ribeiro
Pregoeiro

**ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10241133 -6

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL ALCAINO E RECICLADO) TODOS NOVOS E DE PRIMEIRO USO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE, CONTIDAS NESTE TERMO.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Estado do Ceará, disciplinado nos Decretos nº 28.086/06 e 28.087/06 de 10 de janeiro de 2006, definiu que as contratações/aquisições para bens, produtos e serviços, realizadas pelos órgãos/entidades, serão processadas através de Sistema de Registro de Preços. Como órgão gestor da categoria **Material Diversos**, procedemos levantamento das demandas estimadas dos órgãos e entidades para um período de 12 (doze) meses.

3. ORÇAMENTO

3.1. Para a aquisição de Material de Consumo (PAPEL ALCALINO E RECICLADO) com preços registrados, cada participante do SRP utilizará os recursos financeiros provenientes da sua dotação orçamentária.

4. PAGAMENTO

4.1. O pagamento estará condicionado à apresentação da Nota de Empenho, Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da correspondente ORDEM DE COMPRA com o respectivo comprovante.

4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

4.3. Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

4.4. Durante a vigência da Ata, o licitante **detentor do preço registrado** deverá manter as condições de habilitação.

5. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Havendo entrega de itens em desacordo com as especificações do Edital, caberá ao órgão participante disponibilizar os itens para a devolução ao respectivo fornecedor, sem prejuízo da instrução de processo visando a penalização do fornecedor.

5.2. A Comissão de Recebimento de Materiais – CRM, quando do recebimento dos produtos adquiridos, poderá aleatoriamente ou por necessidade, solicitar parecer técnico do NUTEC para um ou mais itens, garantindo que o equipamento entregue atende às especificações do Edital e às normas da ABNT, NBR, ANVISA, INMETRO ou qualquer outro órgão Nacional com comprovada credibilidade, conforme o caso. Para tanto, a CRM emitirá Termo de Recebimento Provisório, e comunicará ao fornecedor, para que esta efetue no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pagamento junto ao NUTEC das despesas correspondentes às respectivas análises.

5.3. Se a CRM, de pronto, identificar alguma desconformidade de qualquer item da mercadoria que está sendo entregue, independentemente de laudo técnico emitido pelo NUTEC, comunicará ao fornecedor, que efetuará a substituição da mercadoria dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4. Caso o equipamento rejeitado não seja retirado dentro do prazo estabelecido no item anterior, cabe a Administração Pública definir a sua destinação, ficando esta, desobrigada de qualquer responsabilidade para com o fornecedor.

5.5. O licitante deve disponibilizar, quando da apresentação da proposta, as especificações dos produtos, de acordo com o catálogo do fabricante.

5.6. O licitante vencedor dos itens constantes do edital, obrigará-se a entregá-los no local especificado no **ANEXO ÚNICO do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 01** do edital, sem ônus adicional para os órgãos/entidades participantes do Registro de Preços.

6. PRAZO DE VALIDADE

6.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVO ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.
1	Papel ofício II, gramatura 75G/m2, dimensões 216 x 330mm, alta alvura, cópia xerográfica, embalagem material impermeável contra umidade, marca do produto. Fornecimento: PACOTE- 1 RESMA	81595
2	Papel alcalino, gramatura 75G/m2, dimensões 215 x 315mm, alta alvura, Ofício 9, embalagem material impermeável contra umidade, marca do produto. Fornecimento: PACOTE- 1 RESMA.	39740
3	Papel 100% reciclado, gramatura 75G/m2, dimensões 210 x 297mm, A4, impressora Laser, jato de tinta, fotocopiadora e Fax plano, embalagem material impermeável contra umidade, marca do produto. Fornecimento: PACOTE- 1 RESMA.	162964
4	Papel tipo alcalino A4, gramatura 75G/m2, dimensões 210 x 297mm, alta alvura, cópia xerográfica, embalagem material impermeável contra umidade, marca do produto. Fornecimento: PACOTE- 1 RESMA.	248390

ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO SRP

Nº	Órgão/Entidade
1	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI)- Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo- CEP 60.325-901 – Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 2625.
2	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE)- Av. Santos Dumont, 1789, 15º andar – Aldeota.- CEP: 60.150-160 Fortaleza- CE.Fone: (85)3101 1015.
3	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará(ADECE) – Av. Barão de Studart. 598 – Meireles - CEP 60.120- 000 – Fortaleza-CE. Fone: (85)3244 7964.
4	Casa Civil - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Edson Queiroz - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150- anexo do Gab. do Governador. CEP 60811-520 – Fortaleza - CE. Fone:(85) 3101 6256.
5	Casa Militar - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Edson Queiros - Av. Dr. José Martins Rodrigues,150, anexo do Gab. do Governador CEP: 60.811-520 Fortaleza- CE .Fone: (85) 3101 6379.
6	CEARAPORTOS- Companhia de Integração Portuária do Ceará – Terminal Portuário do Pecém - Esplanada do Pecém s/n – CEP 62674-000 - São Gonçalo do Amarante - CE Fone: (85) 3315 1977.
7	Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, s/n Pajuçara, CEP: 61.939-210 Maracanaú /CE. Fone: (85)3299 1215/1711.
8	Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (HEMOCE)- AV. José Bastos 3390- Rodolfo Teófilo. CEP:60.440-261 Fortaleza-CE. Fone: (85) 3101 2302.
9	Centro de Referência da Saúde do Trabalhador – Av. Imperador, 498- Centro, CEP: 60015-050 Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 5342.
10	Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia - Rua Pedro I , 1033 – Centro. CEP: 60 035-101. Fortaleza-CE. Fone:(85) 3101 5449
11	Centro de Saúde Meireles – Av. Antonio Justa 3113- Meireles CEP: 60165-090. Fortaleza-CE. Fone: (85) 3101-1432.
12	Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão - Rua Silva Paulet, 2406 – Dionísio Torres. CEP: 60 120-021. Fortaleza-CE. Fone:(85) 3101-1541/1533.
13	Centro Especializado de Odontologia – Joaquim Távora - Rua Monsenhor Bruno, 2570 – Joaquim Távora – CEP: 60115-191. Fortaleza-CE. Fone:(85) 3101-1524.
14	Centro Especializado de Odontologia – Rodolfo Teófilo – Rua Monsenhor Furtado 740 – Rodolfo Teófilo- CEP: 60430-350. Fortaleza- CE. Fone: 3101-2316.
15	Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará – Rua Adriano Martins 436 – Jacarecanga. CEP 60.010-590 – Fortaleza-.CE. Fone: (85)3101 2202.
16	Companhia Cearense e Transportes Metropolitanos (METROFOR)- Rua 24 de Maio 60 – Centro -CEP 60.020-000 – Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 4740.
17	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - Rua Adoaldo Batista 1550, CEP: 60824-140 Messejana – Fortaleza - CE. Fone: (85) 3218 7031/7057.
18	Companhia de Gás do Ceará (CEGAS)- Av. Santos Dumont 7700, 6º andar, Dunas -CEP: 60 191-156 Fortaleza- CE. Fone: (85)3266 6932.
19	Companhia de Habitação do Ceará (COHAB). Av. Santos Dumont 1425 – Aldeota- CEP 60.150-160 – Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 1063
20	Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)– Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030.CEP: 60 420-280.Fortaleza- CE. Fone:(85) 3101 1870.
21	Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 – Fátima. CEP: 60411-170-

	Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 2006.
22	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM)Av. Barão de Studart. 505, 1º Andar Meireles,CEP: 60 120-000 Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 1232/1233.
23	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE)- Av. Barão de Studart. 598, Meireles,CEP: 60 120-000 Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 1603.
24	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)- Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEPLAG – 2º andar – Cambeba..CEP: 60830-120. Fortaleza-.CE. Fone(85)3101 3476/6613.
25	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará- Rua José Pinto do Carmo 93 – Jacarecanga – CEP: 60010-540. Fortaleza- CE. Fone:(85)3101-2221.
26	Defensoria Pública Geral (DPG) Setor de Almoxarifado- Rua Caio Cid, 100,Luciano Cavalcante. CEP:60 811-150. Fortaleza- CE. Fone: (85) 3101 3425.
27	Departamento de Edificações e Rodovias (DER) - Av. Godofredo Maciel, 3000 – Maraponga. CEP:60 710- 683. Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 5765.
28	Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)– Av. Godofredo Maciel , 2900 – Maraponga. CEP: 60710-683Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 6898
29	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE) – Av. Bezerra de Menezes 1900 – São Gerardo - CEP 60.325-901 – Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 2421.
30	Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) - Av. Pontes Vieira 220. São João do Tauape. CEP: 60 130-240 Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 6754.
31	Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Cambeba. CEP- 60 830 -120. Fortaleza- CE.(85)3101 3832.
32	Escola de Saúde Pública - Av. Antônio Justa, 3161, Meireles,CEP: 60 165-090Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 1421.
33	Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME)- Av. Rui Barbosa, 1246 – Aldeota.CEP: 60 115-220Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 1109.
34	Fundação de Teleducação do Ceará - Rua Oswaldo Cruz, 1985.Aldeota. CEP:60125-150 Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 3141.
35	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)- Av. Oliveira Paiva, 941 - Cidade dos Funcionários. CEP: 60 822-130. Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 2170.
36	Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC) - Rua Prof. Rômulo Proença s/n – PICI – CEP: 60 455--CE. Fone: (85)3101 2441/2453.
37	Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Av. Parajana 1700 – Campus do Itaperi- CEP: 60.740-903. Fortaleza - CE. Fone:(85)3101 9694.
38	Gabinete do Governador - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar – Edson Queiroz. CEP: 60811-520. Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 6351.
39	Gabinete do Vice-Governador - Av. Dr. José Martins, 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Edson Queiroz. CEP:60811-520.Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 1071.
40	Hospital de Messejana - Av. Frei Cirilo, 3480 , Cajazeiras. CEP: 60864-971Fortaleza-CE . Fone: (85)3101 4082/4083.
41	Hospital de Saúde Mental de Messejana - Rua Vicente Nobre Macedo, s/n – Messejana. CEP: 60841- 110Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 4335.
42	Hospital Geral de Fortaleza - Rua Ávila Goulart, 900 – Papicu. CEP:60155-290 Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 3193/3194.
43	Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira - Av. Imperador 545 - Centro. CEP: 60015-052. Fortaleza-CE. Fone: (85)3101 5362.
44	Hospital Infantil Dr. Albert Sabin -Rua Tertuliano Sales, 544 – Vila União. CEP:60410-790.Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 4252.
45	Hospital São José - Rua Nestor Barbosa, 315 – Parquelândia. CEP: 60455-610.Fortaleza- CE.

	Fone: (85)3101 2331.
46	Instituto de Prevenção do Câncer do Ceará - Rua Assis Chateaubriand, 58 . Dionísio Torres. CEP:60 135-200. Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 1453.
47	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) - Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEPLAG – 2º andar – Cambéba. CEP: 60822-915 Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 3508.
48	Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC) - Rua Senador Pompeu, 685, 4º andar - Centro - CEP : 60025-000 . Fortaleza- CE – Fone : (85) 3101.4846.
49	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE)- Av. Bezerra de Menezes 1820 . São Gerardo. CEP: 60 325-901. Fortaleza- CE. Fone:(85) 3101 2473.
50	Junta Comercial do Ceará . Rua 25 de Março 300. Centro CEP: 60060-120. Fortaleza- CE. Fone: 3101 6972.
51	Laboratório Central de Saúde Pública - Av. Barão de Studart. 2405 – Aldeota - CEP 60.120-001 – Fortaleza- CE. Fone: (85)3101 1482/1497.
52	Perícia Forense do Estado do Ceará- Av. Heráclito Graça 600 – Centro - CEP 60.140-061 – Fortaleza - CE. Fone: (85)3101 5048.
53	Polícia Militar do Ceará - Av. Alípio dos Santos, s/n – Quintinho Cunha. CEP : 60351-100 – Fortaleza- CE. Fone (085) 3101.2521/2522 .
54	Procuradoria Geral do Estado (PGE)- Av Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Centro Administrativo Bárbara de Alencar – Edson Queiroz. CEP : 60811-520 – Fortaleza- CE Fone: (85) 3101.3656.
55	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150, Edson Queiroz- CEP: 60811-520 – Fortaleza- CE.- Fone (85) 3101-6417 /6418.
56	Secretaria da Cultura (SECULT)– Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora – Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n. , Cambéba – CEP : 60830-120 – Fortaleza- CE. - Fone (85) 3101.6770 / 6771.
57	Secretaria da Fazenda (SEFAZ)- SEDE I - Av. Alberto Nepomuceno nº 2, Centro – CEP:60055-000-Fortaleza-Ce. - Fone (85) 3101.2647 -
58	Secretaria da Infra-Estrutura (SEINFRA) - Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEINFRA CEP 60822-325 -Fortaleza- CE. Fone: (85) 3101 3760/3761.
59	Secretaria da Justiça e Cidadania – Rua, Tenente Benévolo, 1055, Meireles- CEP : 60160-040 . Fortaleza- CE. - Fone (85) 3101.2866.
60	Secretaria da Saúde – Rua Almirante Barroso 600- Praia de Iracema – CEP: 60 Fortaleza – CE. Fone: (85)3101 5162.
61	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Av. Bezerra de Menezes, 581 São Gerardo – CEP : 60325-001 – Fortaleza-CE.- Fone (85) 3101.6539 / 6538.
62	Secretaria das Cidades - Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEPLAG – 1º andar – Cambéba.- CEP : 60830-120 – Fortaleza- CE. - Fone: (85) 3101.44.36.
63	Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)- Av. Bezerra de Menezes, 1820, São Gerardo. CEP: 60325-901 Fortaleza- CE. Fone:(85)3101 8024.
64	Secretaria do Esporte - Av. Alberto Craveiro 290 .Castelão. CEP: 60861-212. Fortaleza-CE (85) 3101 4404/4398.
65	Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) - Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEPLAN – 1º andar – Cambéba.CEP;60 830 -120. Fortaleza-CE.(85)3001 4511
66	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)- Av. Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora CE: 60 130-060. Fortaleza-CE Fone: (85) 3101 2116

67	Secretaria do Turismo (SETUR)- Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEPLAN – Térreo – Cambeba. CEP: 60 830-120. Fortaleza- CE . Fone: (85) 3101 4645.
68	Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) - Centro Adm. Gov. Virgílio Távora – Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n- Ed. SEINFRA – Térreo -Cambeba. CEP: 60 822- 325. Fortaleza- CE. Fone : (85) 3101 4055/3218/7975.
69	Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) - Rua Jaime Benévolo, 1400 – Fátima- CEP: 60 411-130 Fortaleza- CE. Fone(85) 3101 5533.

TERMO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Central de Licitações
Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Ref.: Pregão Eletrônico N° **20100021 – SEPLAG**.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no edital do Pregão Eletrônico acima citado.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, fax, e- mail:
- Banco, Agência e nº da conta corrente:(Preferencialmente no Banco BRADESCO).

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta tem validade mínima de _____ (_____) dias contados da data de sua emissão.
- O valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- Examinamos cuidadosamente todo o edital e anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao edital.
- Em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto.

4. Proposta de Preços:

PROPOSTA DE PREÇOS POR ITEM

Pregão Eletrônico No. **20100021 /SEPLAG**.

Processo No. 10241133-6 – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Razão Social do licitante: _____

CNPJ do licitante: _____

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO SUSCINTA CONTENDO NOME DO MATERIAL, TIPO, MARCA, MODELO E FABRICANTE	QUANTIDADE (a)	PREÇO UNITÁRIO COM DEDUÇÃO * R\$	PREÇO UNITÁRIO SEM DEDUÇÃO R\$ (b)	VALOR TOTAL R\$ (a x b)
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:						
O valor total da presente proposta importa em R\$ _____ (valor por extenso.....)						

(*) Preenchimento exigível **exclusivamente** para licitantes do Estado do Ceará.

Local e data

(Assinatura do Representante Legal)

Nome do Signatário

CPF

Cargo do Signatário

ANEXO 03

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2010.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2010.021SEPLAG.
PROCESSO Nº 10241133- 6.
VALIDADE DA ATA: 12 MESES.**

Aos _____ dias do mês de _____ de 2010, na sede da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº **20100021/ SEPLAG** e do respectivo resultado publicado no Diário Oficial do Estado em _____/2010, homologado às fls _____, do Processo nº 10241133 - 6 a ser assinada pela Secretária adjunta da Secretaria do Planejamento e Gestão – Órgão Gestor do Registro de Preços **PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL ALCALINO E RECICLADO)** e pelos representantes legais dos licitantes classificados para registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

- I. no Pregão Eletrônico nº **20100021**;
- II. nos termos do Decreto Estadual nº 28.087 de 10/01/2006, DOE de 12/01/2006;
- III. no inciso II, do art. 15, da Lei nº 8.666/93;
- IV. e, nas demais normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, visando futuras aquisições de MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL ALCALINO E RECICLADO)**, todos novos e de primeiro uso, pelos órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços do Estado do Ceará, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 01** do edital.

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração Pública firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos licitantes detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo **máximo de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Estadual nº28.087 de 10/01/2006, DOE de 12/01/2006.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Em decorrência da publicação desta Ata, os participantes do SRP poderão efetuar compras diretamente aos fornecedores com preços registrados, devendo para tanto, adotar os seguintes procedimentos:

- I. emitir em 02 (duas) vias a Ordem de Compra, utilizando o SRP (Sistema de Registro de Preços), sendo a primeira enviada ao fornecedor e a segunda para arquivo do órgão/entidade contratante.
- II. A ordem de compra não poderá ter o valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais).
- III. Comunicar mediante a instrução de processo ao Órgão Gestor, eventuais irregularidades do detentor de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Estadual de Registro de Preços nº 28.087/2006, além das descritas a seguir:

Subcláusula Primeira - COMPETIRÁ AO ÓRGÃO GESTOR DO REGISTRO DE PREÇOS O CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO SRP, EM ESPECIAL:

- I. gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- II. providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;
- III. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- IV. aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:
 - a) advertência;
 - b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata ;
 - c) impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo **não superior a 05 (cinco) anos.**
- V. cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto no art. 22 do Decreto nº 28.087/2006;
- VI. comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

Subcláusula Segunda - CABERÁ AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- I. tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive das alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando do seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- II. indicar o gestor de compras, quando da necessidade de utilização desse instrumento, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:
 - a) Promover consulta prévia junto ao Órgão Gestor do Registro de Preços, quando da necessidade de aquisições, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os preços a serem praticados, encaminhando, tempestivamente, as informações sobre a aquisições efetivamente realizadas;
 - b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a aquisição a ser procedida atende aos interesses da Administração Pública Estadual, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gestor do Registro de Preços eventual desvantagem quanto à sua utilização;
 - c) Zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e, em coordenação com o Órgão Gestor do Registro de Preços, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos;
 - d) Informar ao Órgão Gestor do Registro de Preços a recusa do detentor do preço registrado em realizar o fornecimento, bem como o não atendimento às condições estabelecidas no Edital e as firmadas nesta Ata de Registro de Preços, além das divergências relativas à entrega e às características do objeto licitado.
- III. Realizar Pesquisa de Mercado, nos termos do inciso VIII do art. 1º do Decreto Estadual nº 28.087/2006 antes de efetivar aquisições de itens com preços registrados caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** da assinatura da Ata de Registro de Preços e desde que o item não tenha sido contemplado na última Pesquisa de Mercado realizada, nos termos do parágrafo único, do inciso VI do art. 6º deste Decreto, visando verificar se os preços registrados estão de acordo com os praticados no mercado;
- IV. comunicar ao Órgão Gestor do Registro de Preços através de documento formal, a constatação de preço de mercado inferior ao preço registrado;
- V. para cada constatação abrir processo numerado e instruído contendo:
 - a) certidão de consulta à Ata de Registro de Preços;
 - b) comprovante de realização da Pesquisa de Mercado, caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** do último preço publicado para o item; e

c) posteriormente, uma via da nota de empenho, cópia da ordem de compra e contrato.

Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fica obrigado a:

- a) atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência;
- b) fornecer os bens por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, no prazo estabelecido na Ordem de Compra;
- c) responder no prazo de **até 05 (cinco) dias** a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgãos/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade Interessado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados em cada item do Pregão Eletrônico nº **20100021 – SEPLAG** contidos nas propostas dos licitantes signatários desta Ata, os quais estão relacionados segundo a classificação de cada fornecedor no Mapa de Preços anexo a esta Ata e servirão de base para as futuras contratações, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos nesta Ata, no Edital de Pregão Eletrônico nº **20100021 - SEPLAG** e obedecendo ao seguinte:

- I. sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado, o Órgão Gestor convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço corrente, procedendo a respectiva alteração na Ata, caso haja a concordância do Detentor do Registro. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, respeitados os contratos já firmados;
- II. não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Órgão Gestor poderá convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela;
- III. antes de firmar qualquer contratação, o fornecedor poderá solicitar a revisão dos preços registrados, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes. O Órgão Gestor providenciará a alteração na Ata de Registro de Preços, caso acate o pedido ou, se indeferido, o licitante poderá ser liberado do compromisso assumido;
- IV. em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se, no mínimo, a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do licitante e aquele vigente no mercado à época do registro;
- V. serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para os bens;
- VI. as alterações dos preços registrados oriundas da revisão dos mesmos serão comunicadas aos participantes e publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na INTERNET.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas seguintes situações, além de outras previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2010 e em lei:

- I. no caso do licitante classificado recusar-se a atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;
- II. na hipótese do detentor de preços registrados descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- III. na hipótese do detentor de preços registrados recusar-se a fornecer o bem registrado, quando solicitado pelos participantes do SRP;
- IV. na hipótese do detentor de preços registrados não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

V. nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração;

VI. e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

Subcláusula Primeira - A comunicação do cancelamento do registro de preços, nos casos previstos anteriormente, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante nos autos do processo que deu origem ao cancelamento.

Subcláusula Segunda - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir de **05 (cinco) dias úteis** contados da última publicação.

Subcláusula Terceira - Fica assegurado o direito à defesa e ao contraditório nos casos de cancelamento de registro de preços de que trata esta cláusula, sendo oferecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do cancelamento para interposição do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

10.1. As aquisições de materiais que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de **ORDEM DE COMPRA**, emitida no Sistema de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido na **ORDEM DE COMPRA** ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, nesta Ata e no Edital do Pregão nº **20100021 – SEPLAG**.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o participante poderá, com a prévia autorização do Órgão Gestor convidar, sucessivamente, por ordem de classificação, os demais licitantes, os quais ficarão sujeitos às mesmas condições previstas para o primeiro classificado.

Subcláusula Terceira - O fornecedor obriga-se a manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução desta Ata.

10.2. O fornecedor será obrigado a atender todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega do objeto esteja prevista para data posterior à do vencimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

11.1. Os prazos, as quantidades, a forma de entrega, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução do objeto serão definidos na **ORDEM DE COMPRA E NOTA DE EMPENHO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. Os recursos financeiros para fazer face ao pagamento das aquisições advindas desta Ata de Registro de Preços correrão à conta de dotações orçamentárias de cada participante.

Subcláusula Primeira – Após confirmação dos valores efetivamente devidos pelo órgão participante, este efetuará o pagamento em **até 10 (dez) dias úteis** a contar da data do recebimento efetivo dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal da Mercadoria.

Subcláusula Segunda – Durante a vigência da ATA o licitante detentor do preço registrado deverá manter as condições de habilitação constantes do presente Edital. Deverá ser solicitado também o Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público – CENFOP, conforme disposto na Lei Estadual nº 13.623 de 15 de julho de 2005.

Subcláusula Terceira – Fica vedada a antecipação de pagamento do objeto prestado, por força do que dispõe o § 2º, item III do art. 63, da Lei Federal nº 4.320/64.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos estarão condicionados à apresentação da Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da correspondente **ORDEM DE COMPRA** com o respectivo comprovante, **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o órgão participante, as sanções administrativas aplicadas ao licitante beneficiário da Ata de registro de Preços serão:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, por período de **até 05(cinco) anos**;
- IV. Declaração de inidoneidade.

Subcláusula Primeira - O atraso injustificado no prazo de execução do objeto a ele vinculado implicará multa correspondente a **0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia**, calculada sobre o valor correspondente ao objeto não executado, até o **limite de 10% (dez por cento)** desse valor.

Subcláusula Segunda - Na hipótese mencionada anteriormente, o atraso injustificado por período **superior a 30 (trinta) dias**, caracterizando o inadimplemento absoluto da obrigação, com lesão ao interesse público devidamente caracterizado, ensejará na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços, e a aplicação das sanções previstas, sem prejuízo da cobrança de multa.

Subcláusula Terceira - A Suspensão Temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, poderá ocorrer, ainda, nas seguintes hipóteses:

- I. se o licitante, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução da Ata, por fatos graves;
- II. atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenha acarretado prejuízos para a Administração ou terceiros;
- III. execução insatisfatória do objeto, se antes já houver sido aplicada sanção de advertência;
- IV. cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à Administração ou a terceiros, ensejando na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços;
- V. tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- VI. apresentar à Administração Pública qualquer documento falso ou falsificado durante a vigência da Ata.

Subcláusula Quarta- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do órgão participante.

Subcláusula Quinta- Sempre que não houver prejuízo para o órgão participante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula Sexta- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da data em que o licitante receber a intimação.

Subcláusula Sétima- As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo órgão participante ou cobradas diretamente do licitante, amigável ou judicialmente.

Subcláusula Oitava- Quando os créditos forem insuficientes para o pagamento das multas aplicadas, o licitante fica obrigado a depositar a diferença através de DAE (Documento de Arrecadação Estadual), no prazo de **10 (dez) dias** contados a partir da notificação.

Subcláusula Nona- Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos pelo órgão / entidade participante **CONTRATANTE** e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão / entidade.

Subcláusula Décima- Os procedimentos para aplicação das penalidades (suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade), serão conduzidos no âmbito do órgão / entidade participante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente da **SEPLAG**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, com o Decreto Estadual nº28.087 de 10/01/2006, DOE de 12/01/2006, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os Signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
Secretariado Planejamento Gestão	e				

Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20100021 - SEPLAG

MAPA DE PREÇOS DOS ITENS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG e os fornecedores cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº **20100021 – SEPLAG**.

ITEM	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTI- DADE	PREÇO REGISTRADO DA UNID. FORNEC.

LICITANTES POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	1. 2. 3. N.
---------------------------------------------	------------------------------------------

ANEXO 04

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº4.358/2002

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)